



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 128, DE 2007

(nº 574 /07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Os méritos do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 2007.

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobreposta à data.

EM Nº 00206 MRE - DP/DSE/SGEX/AFEPAG - APES

00001.008190/2007-88
Brasília, 31 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO

CPF.: 5710219134

ID.: 4065 - MRE

28/09/1945	Filho de Silvio Leão e Alair de Andrade Leão, nasce em 28 de setembro, em Santos/SP
28/06/1967	Relações Internacionais pelo "Institut d'Etudes Politiques" (Sciences-Po), Universidade de Paris
15/12/1971	CPCD - IRBr
11/01/1972	Terceiro Secretário em 11 de janeiro
20/05/1972	Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, CPCD
10/11/1972	Divisão de Produtos de Base, assistente
22/01/1976	Segundo Secretário, por merecimento, em 22 de janeiro
01/09/1976	Embaixada em Londres, Segundo Secretário
10/10/1978	Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau, Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, Chefe da Delegação
21/06/1979	Primeiro Secretário, por merecimento, em 21 de junho
15/09/1979	Embaixada em Tóquio, Primeiro Secretário
15/03/1983	Secretaria-Geral, Coordenador de Assuntos Econômicos e Comerciais
22/06/1983	Conselheiro, por merecimento, em 22 de junho
05/04/1984	Ordem do Tesouro Sagrado, Japão
29/03/1985	Divisão de Produtos de Base, Chefe
15/04/1985	Assembleia da Aliança dos Produtores de Cacau, São Tomé e Príncipe, Chefe de Delegação
06/06/1985	I Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Genebra, Chefe de Delegação
15/01/1986	Reunião de Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Tailândia, Chefe de Delegação
15/06/1986	XIV Sessão da Comunidade Internacional da Pimenta, Salvador, Bahia, Chefe de Delegação

10/01/1987	GATT, Grupo Negociador de Agricultura, Genebra, Chefe de Delegação
15/03/1987	II Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Itoama, Japão, Chefe de Delegação
10/07/1987	CAE - IRDr, A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, 1930-1934, Contornos Diplomáticos
15/06/1988	III Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
10/09/1988	Secretaria-Geral, Coordenador Executivo
10/02/1989	A Crise da Imigração Japonesa no Brasil 1930-1934, Contornos Diplomáticos, Ed. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília.
12/05/1989	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
30/06/1989	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho
25/08/1989	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
15/10/1989	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
16/03/1990	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
11/09/1990	Conselho da Organização Internacional do Açúcar, Londres, Chefe de Delegação
22/09/1990	Conselho Internacional do Trigo, Londres, Chefe de Delegação
28/09/1990	Conselho da Organização Internacional do Cacau, Londres, Chefe de Delegação
15/03/1991	Conselho da Organização Internacional do Cacau, Londres, Chefe de Delegação
08/06/1991	Conselho da Organização Internacional do Açúcar, Londres, Chefe de Delegação
10/09/1992	Conselho da Organização Internacional do Cacau, Londres, Chefe de Delegação
10/09/1993	Conselho da Organização Internacional do Cacau, Londres, Chefe de Delegação
10/12/1993	Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
15/05/1995	Secretaria-Geral. Coordenador do Projeto MRE-BID
30/09/1997	Légion d'Honneur, França, Oficial
15/04/1998	Departamento Econômico, Diretor-Geral
29/12/1998	Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro
10/05/1999	Consultas Econômicas Brasil-Reino Unido, Londres, Chefe de Delegação
08/06/1999	Negociações Brasil-EUA sobre Comércio de Aço, Washington, Chefe de Delegação

10/08/1999	Reunião Ministerial do G-15 sobre Negociações Comerciais Multilaterais, Bangalore, Índia, Chefe de Delegação
15/09/1999	Conselho da Organização Internacional do Café, Londres, Chefe de Delegação
07/05/2000	Consultas Econômicas Brasil-Reino Unido, Brasília, Chefe de Delegação
12/05/2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
15/03/2001	Comitê de Agricultura da OMC, Chefe de Delegação
15/06/2001	Reunião de Consultas sobre Negociações Comerciais Multilaterais, Genebra, Chefe de Delegação
11/09/2001	Consultas Econômicas Brasil/Reino Unido, Londres, Chefe de Delegação
15/09/2001	Conselho da Organização Internacional do Café, Londres, Chefe de Delegação
09/10/2001	Conselho Latino-Americano (SELA), Caracas, Chefe de Delegação
10/10/2001	I Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, Paris, Chefe de Delegação
20/12/2001	II Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, Paris, Chefe de Delegação
10/01/2002	Missão Especial aos EUA para Consultas Bilaterais sobre Aço, Washington, Chefe de Delegação
20/01/2002	III Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, Paris, Chefe de Delegação
10/03/2002	IV Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, Paris, Chefe de Delegação
10/05/2002	Reunião Ministerial de Meio Período da UNCTAD, Bangkok, Chefe de Delegação
08/07/2003	V Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, Paris, Chefe de Delegação
16/09/2003	Embaixada em Ottawa, Embaixador.


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América do Sul
Divisão da América Meridional II

COLÔMBIA

Brasília, 13 de julho de 2007

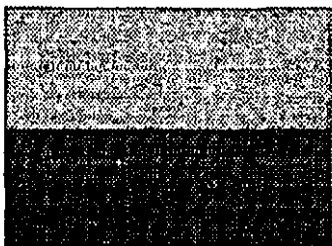
MAÇO DE APOIO

ÍNDICE

BANDEIRA E MAPA	04
DADOS BÁSICOS	05
PERFIS BIOGRÁFICOS	06
GABINETE MINISTERIAL.....	08
POLÍTICA INTERNA	09
POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA	09
NEGOCIAÇÕES COM AS FARC	10
PROCESSO DE PAZ COM OS PARAMILITARES	11
NEGOCIAÇÕES COM O ELN	11
ECONOMIA	12
POLÍTICA EXTERNA	13
RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS	14
TLC Colômbia-EUA	15
RELAÇÕES NO ÂMBITO DA CAN	15
RELAÇÕES COM A VENEZUELA	16
RELAÇÕES COM O EQUADOR	17
COLÔMBIA-ONU	18
COLÔMBIA-OEA	18
RELAÇÕES COM O BRASIL	19

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA E SEGURANÇA	20
Venda de aviões Supertucano.....	20
CASO “MEDINA”	21
TEMAS MULTILATERAIS	22
Conselho de Segurança das Nações Unidas	22
União de Nações Sul-americanas	22
OTCA	22
COOPERAÇÃO TÉCNICA	23
COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL	24
COMISSÃO DE VIZINHANÇA	25
TV DIGITAL	25
RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS	26
INVESTIMENTOS	27
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS	29

BANDEIRA E MAPA



DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Santa Fé de Bogotá
ÁREA:	1.038.700 km ²
POPULAÇÃO:	46,3 milhões de habitantes (2006)
IDIOMA:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	90% católicos romanos
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Alvaro Uribe Vélez
CHANCELER:	Fernando Araújo
PIB (200):	US\$ 136 bilhões
PIB PER CAPITA (2005):	US\$ 2.937
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso colombiano (CoP)
EMBAIXADOR DA COLÔMBIA NO BRASIL:	Embaixador Mario Galofre Cano
EMBAIXADOR DO BRASIL NA COLÔMBIA:	Embaixador Júlio César Gomes dos Santos

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Álvaro Uribe Vélez

- Nasceu em Medellín, Departamento de Antioquia, em 4 de julho de 1952.
- Estudou Direito e Ciências Políticas na Universidade de Antioquia (1977).
- Frequentou cursos de especialização nas Universidades de Harvard (1993) e Oxford (1998).
- Na administração de Julio Cesar Turbay (1978-82) esteve à frente da Direção de Aeronáutica Civil.
- No Governo Belisario Betancur (1982-86), foi nomeado Prefeito de Medellín (1982).
- Foi Senador nos períodos de 1986 a 1990 e de 1990 a 1994, e Governador de Antioquia de 1995 a 1997.
- Foi eleito pela primeira vez em 2002 e reeleito em 28 de maio passado, em primeiro turno, com 62% dos votos válidos.

Chanceler Fernando Araújo

- Nascido em Cartagena, Fernando Araújo tem 51 anos.
- Formou-se em Engenharia Civil na Universidade Javeriana de Bogotá.
- Foi Ministro do Desenvolvimento no Governo Andrés Pastrana.
- Foi Gerente-Geral das Empresas Públicas de Cartagena.
- Lecionou na Universidade Jorge Tadeo Lozano e na Universidade de Cartagena.
- Foi integrante das juntas diretoras do jornal “El Universal” e do hotel Las Americas Beach Resort.
- Separado, é pai de três filhos.
- Foi mantido refém pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) de 4 de dezembro de 2000 até 31 de dezembro de 2006.

GABINETE MINISTERIAL

Ministério do Interior e Justiça: Carlos Holguín Sardi

Ministério das Relaciones Exteriores: Fernando Araújo Perdomo

Ministério da Fazenda: Alberto Carrasquilla

Ministério da Defesa Nacional: Juan Manuel Santos

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural: Andrés Felipe Arias
Leyva

Ministério da Proteção Social: Diego Palacio Betancourt

Ministério das Minas e Energia: Hernán Martínez

Ministério do Comércio, Indústria e Turismo: Luis Guillermo Plata

Ministério da Educação Nacional: Cecilia María Vélez White

Ministério de Ambiente, Moradia e Desenvolvimento Territorial: Juan
Lozano

Ministério das Comunicações: María Del Rosario Guerra De La Espriella

Ministério do Transporte: Andrés Uriel Gallego Henao

Ministério da Cultura: Elvira Cuervo De Jaramillo

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Álvaro Uribe, reeleito em primeiro turno nas eleições de 28 de maio de 2006, com 62% dos votos válidos, enfrenta atualmente uma crise política que tem trazido problemas para sua base no Congresso: o chamado escândalo da “parapolítica”. Desde o início deste ano, mais de vinte parlamentares do bloco “uribista” foram presos por ligações com grupos paramilitares e as investigações a esse respeito já custaram ao Presidente uma de suas colaboradoras próximas: a Chanceler María Consuelo Araújo, que entregou o cargo em fevereiro passado, depois que a Justiça determinou a detenção de seu irmão, o Senador Álvaro Araújo, acusado de formação de quadrilha e seqüestro.

Embora o mandatário mantenha índices de popularidade superiores a 60% entre os colombianos, a crise tem atrasado a votação de medidas de interesse do Governo no Legislativo, além de prejudicar a imagem do Presidente Uribe nos Estados Unidos, aumentando a resistência de congressistas norte-americanos com relação a instrumentos bilaterais que resultariam em benefícios financeiros para a Colômbia.

Apesar da crise, o bloco “uribista” ainda é a maior força no Legislativo nacional. No entanto, compõe-se de diferentes grupos de interesse, o que resulta em significativa heterogeneidade.

Neste segundo mandato, o Presidente Uribe vem lidando com desafios importantes, tais como a pressão política dos setores a serem potencialmente prejudicados pelo TLC com os Estados Unidos, os dilemas do processo de pós-desmobilização dos paramilitares e a dificuldade de vencer militarmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ou de estabelecer negociações com o grupo.

O narcotráfico é também questão central na política colombiana. Conforme diferentes estimativas, o cultivo ilícito de coca ocupa atualmente área entre 79 mil hectares e 157 mil hectares. Qualquer que seja o caso, a extensão da área cultivada é indicio da grande ramificação do tráfico de drogas e atividades conexas, bem como de suas implicações financeiras, por diferentes setores da sociedade colombiana, incluindo os diferentes grupos armados.

POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA

O estabelecimento da Política de Segurança Democrática foi um dos pilares da eleição do Presidente Uribe para seu primeiro mandato, em agosto de 2002. Seu objetivo tem sido consolidar a presença do Estado em todas as regiões do país, combatendo a predominância dos grupos armados ilegais – guerrilheiros, sobretudo as FARC, ou paramilitares – em diversos municípios.

A estratégia de intensificar a ação militar contra os grupos guerrilheiros rebeldes atuantes no país, notadamente contra as FARC e o ELN, tem-se refletido positivamente na opinião pública.

No marco dessa política, teve início em 2004 o Plano Patriota, que previa combate à guerrilha em seus redutos na selva, principalmente mediante a concentração de tropas no Sul do país, na tentativa de expulsar as FARC de área considerada estratégica para o tráfico de armas.

Com o Plano Patriota e a Política de Segurança Democrática, as autoridades chegaram a retomar o controle de várias regiões anteriormente em poder das FARC. Não há indícios, porém, de que os combates tenham enfraquecido significativamente a organização.

Em 1º de dezembro passado, foi lançado o Plano Vitória, em substituição ao Plano Patriota. A nova estratégia de combate às FARC pelos próximos quatro anos conta com missão militar de 14.300 homens, 3.000 a menos que a anterior, mas com maior apoio aéreo – em que serão empregados Supertucanos brasileiros – e fluvial.

NEGOCIAÇÕES COM AS FARC

Embora insista em favorecer a opção militar, o que lhe vem garantindo altos índices de popularidade, o Presidente Uribe vem sofrendo pressões de diferentes organizações da sociedade civil colombiana, bem como de outros Governos, sobretudo de países europeus, para negociar um chamado acordo humanitário com as FARC, a fim de que os reféns em poder do grupo sejam libertados.

Como resultado de decisão unilateral, o Governo colombiano anunciou, no último dia 25 de maio, a libertação de 163 guerrilheiros que cumpriam penas em diferentes prisões do país. Entre eles estava Rodrigo Granda, conhecido como o “chanceler das FARC” e capturado em controversa operação na Venezuela, em 2005. A decisão foi tomada após conversa do Presidente Uribe com o Presidente francês Nicolas Sarkozy.

Logo após o anúncio da libertação dos guerrilheiros, França, Suíça e Espanha divulgaram comunicado conjunto por meio do qual saúdam a decisão do Presidente Uribe e instam as FARC a chegar a um entendimento com o Governo. A União Européia divulgou documento no mesmo sentido. O Governo colombiano procurou apoio também na Organização dos Estados Americanos e no G-7. O Brasil afirmou estar “decidido a apoiar todos os esforços que sejam envidados para assegurar uma paz estável e duradoura e fortalecer a democracia na Colômbia”.

Até o momento, os líderes das FARC têm afirmado não reconhecerem como membros, e sim como desertores, os presos libertados pelo Governo, uma vez que estes aceitaram as pré-condições exigidas pelo Governo (promessa de não mais delinquir nem colaborar com a guerrilha e o comprometimento com a verdade). Com base nesse argumento, o grupo divulgou comunicado mantendo como exigência para negociar a libertação dos reféns a desmilitarização de dois municípios de Florida e Pradera, no Oeste da Colômbia. O Presidente Uribe vem afirmando que não haverá desmilitarização.

Enquanto a situação dos reféns não se resolve, as FARC comunicaram, em julho de 2006, a morte de 11 dos 12 deputados de Cali que estavam em seu poder desde 2002. Segundo o grupo, os deputados morreram durante tentativa do Governo de resgatá-los por meio de ação militar. Por seu turno, o Governo acusa as FARC de terem executado os prisioneiros. A pedido do Governo colombiano, o Conselho Permanente da OEA se dispôs a criar uma comissão internacional com o intuito de realizar investigação forense para determinar a responsabilidade sobre o episódio.

PROCESSO DE PAZ COM OS PARAMILITARES

No marco do processo de paz com os paramilitares, o Governo deu por concluída, no início de 2006, a desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), anunciando que cerca de 30 mil combatentes tinham deposto as armas. Relatórios recentes da OEA, contudo, sublinham que o programa de reinserção dos desmobilizados está em crise, principalmente devido às escassas possibilidades de emprego para os ex-combatentes, o que poderá levá-los a se engajar em atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas. Suspeita-se, ademais, que narcotraficantes, vislumbrando usufruir das vantagens dadas aos desmobilizados, tenham se apresentado como paramilitares.

No ano passado, o Presidente Uribe anunciou que os paramilitares deviam se submeter à Justiça caso desejassem manter suspensas as autorizações de extradição contra vários deles, solicitadas pelos EUA. O Presidente determinou ainda a captura de todos os chefes paramilitares e, a partir da confissão de alguns deles, confirmou a morte de Carlos Castaño, chefe das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e negociador da organização nos diálogos de paz.

NEGOCIAÇÕES COM O ELN

Em setembro de 2005, o Presidente Uribe acenou com a possibilidade de retomar as negociações com o grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN). O Governo determinou o relaxamento da prisão de “Francisco Galán”, porta-voz do grupo e preso há 12 anos, a fim de que este estabelecesse contato com outros membros do ELN “em local neutro”. Até então, com o término oficial, em abril, do

trabalho de facilitação dos diálogos de paz desempenhado pelo Governo do México, estavam paralisados os entendimentos entre as partes.

Em 1º de dezembro de 2005, os negociadores Luis Carlos Restrepo e “Francisco Galán” submeteram às partes um projeto de “pré-acordo” que estabelecia um encontro entre o Comando Central do grupo guerrilheiro e o Governo colombiano em Cuba. O encontro foi realizado em janeiro seguinte, dando início à chamada “fase exploratória” dos diálogos, ainda sem consequências práticas. Recentemente, contudo, anunciou-se que o ELN e o Governo estariam prestes a anunciar um acordo de cessar-fogo temporário.

ECONOMIA

A Colômbia apresenta tradicionalmente situação econômica estável. O país não sofreu a crise da dívida externa que, na década de 1980, afetou grande parte da região. Tampouco testemunhou episódios de hiperinflação e maxi-desvalorização competitiva da moeda. Em tempos recentes, o único período de recessão foi observado no final da década de 1990.

Parte do êxito da condução da política econômica – particularmente da monetária – pode ser atribuída a três fatores: 1) o fluxo de dólares da economia ilegal; 2) os recursos crescentes das remessas de colombianos no exterior (a Colômbia é atualmente o segundo país da região no volume desses recursos, que somam mais do que as exportações de café); e 3) os abundantes recursos naturais, sobretudo ouro, carvão, esmeraldas e petróleo.

Embora alguns indicadores macroeconômicos sinalizem a existência de economia pujante, aproximadamente 60% da população da Colômbia encontra-se abaixo da linha de pobreza. Trata-se de dado polêmico, que gerou discussões metodológicas após sua divulgação pelo Departamento Nacional de Estatística – entidade considerada fiável pelos principais organismos financeiros multilaterais. Da população total, cerca de 25% se encontram em nível considerado como de indigência. O nível de desemprego está tradicionalmente acima dos 10%, atingindo quase 20% no campo. Confrontados com os números macroeconômicos, esses índices apontam para grande concentração de riqueza, particularmente nas áreas rurais.

Historicamente, a Colômbia apresenta tendência ao crescimento. No entanto, a demanda tende a estagnar-se por conta dos altos níveis de pobreza. Para completar, sublinhe-se que os limites da ortodoxia econômica nunca permitiram que o país contasse com política industrial efetiva, com estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. A pauta de exportação colombiana ainda é excessivamente concentrada em produtos com baixo valor agregado. Embora o

primeiro produto exportado seja petróleo, o país importa maciçamente gasolina, por não contar com refinarias com dimensão suficiente. Em seguida, vêm “commodities”, sobretudo café e flores.

Entre os principais objetivos do Governo Uribe no setor econômico em seu segundo mandato estão os de conseguir que entre em vigor o Tratado de Livre Comércio (TLC) assinado com os Estados Unidos; de evitar que o crescimento dos gastos militares – pilar da atuação do Governo – aumente sobremaneira o déficit governamental; e de minimizar os possíveis efeitos negativos sobre o comércio bilateral da entrada da Venezuela no MERCOSUL e da eventual erosão das preferências tarifárias colombianas (note-se que a Venezuela é o segundo parceiro comercial da Colômbia).

No tocante à taxa de câmbio, o peso colombiano valorizou-se em 16% frente ao dólar nos últimos doze meses. O fato tem causado inquietação por parte dos exportadores, que vêm pressionando o Banco Central colombiano a continuar intervindo na economia, a fim de evitar uma valorização ainda maior da moeda local. Devido às intervenções realizadas pelo Banco Central nos primeiros meses de 2007, as reservas internacionais colombianas alcançaram a cifra histórica de 20 bilhões de dólares.

No que se refere ao setor petrolífero, o Governo já anunciou a intenção de vender cerca de 20% da estatal Ecopetrol. Segundo o Ministério de Minas e Energia colombiano, a medida possibilitaria grandes investimentos no setor hidrocarbonetos e na modernização da estrutura petrolífera colombiana. O assunto está em debate no Congresso Nacional.

POLÍTICA EXTERNA

Assim como a política nacional, a política exterior colombiana se define sobretudo em função do conflito interno. O Presidente Uribe tem envidado esforços no sentido de envolver a comunidade internacional no combate aos grupos armados e em eventuais negociações de paz, tendo por premissas o fim do terrorismo e a cessação das hostilidades.

Exemplo dessa política colombiana pôde ser constatado no já mencionado episódio envolvendo a decisão do Governo de libertar 163 guerrilheiros das FARC que se encontravam presos em diferentes partes do país, como forma de pressionar o grupo a entregar 58 reféns em seu poder. Ao anunciar a medida, o Presidente Álvaro Uribe deixou claro que a inclusão de Rodrigo Granda, considerado o “chanceler das FARC”, entre os beneficiados atendia a pedido do Presidente da França, Nicolas Sarkozy. Nos dias que se seguiram ao anúncio, as autoridades colombianas empenharam-se também em obter comunicados de apoio por parte de

diferentes países europeus, da União Europeia, da Organização dos Estados Americanos, da ONU e do Brasil.

No plano regional, os principais temas da atual política externa da Colômbia incluem a recuperação das boas relações com a Venezuela e a inserção colombiana na América do Sul frente à aliança estratégica com os EUA.

Em fevereiro passado, Fernando Araújo assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores, em substituição a Maria Consuelo Araújo, que se afastou depois da prisão de seu irmão, o Senador Álvaro Araújo, acusado de envolvimento com os paramilitares. Cabe observar que o novo Chanceler não tem parentesco algum com sua antecessora.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

A Colômbia pode ser classificada como o principal aliado dos Estados Unidos na América do Sul. Nos últimos anos, o país tem estado cada vez mais alinhado com os objetivos de Washington. A aproximação com os EUA intensificou-se sobretudo a partir da implementação do Plano Colômbia, lançado em 1999. Com os recursos obtidos desde então, o país andino passou a ocupar a terceira posição na lista de países-recipientes de ajuda militar norte-americana, sendo superado apenas por Israel e Egito. Inicialmente concebido como programa de assistência econômica e militar dos Estados Unidos para o combate a cultivos ilícitos e ao narcotráfico, o plano vem servindo também à luta contra grupos guerrilheiros, sobretudo as FARC.

Apesar das boas relações com o Governo Bush, o Presidente Álvaro Uribe vem experimentando, nos últimos meses, dificuldades para obter apoio em assuntos referentes à Colômbia no Congresso norte-americano, de maioria democrata. Entre os tópicos do relacionamento bilateral em discussão pelos congressistas dos Estados Unidos estão a aprovação do Tratado de Livre Comércio assinado pelos mandatários dos dois países em 2006, bem como a continuidade da política de assistência financeira e militar dos EUA ao Governo colombiano.

No plano multilateral, a Colômbia tem demonstrado tendência a se alinhar com os interesses norte-americanos em diferentes foros. Tanto a hesitação do Governo Uribe em integrar o G-20 quanto o apoio isolado da Colômbia, entre os países da região, ao ataque ao Iraque pelas forças lideradas pelos EUA são exemplos dessa tendência. Outro tema relevante do escopo político-diplomático multilateral, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, também ilustra certa afinidade entre as posições norte-americana e colombiana a respeito de questões de especial transcendência para o sistema internacional. A esse respeito, embora oficialmente o Governo Uribe seja favorável a mudanças estruturais naquele órgão da ONU, na prática o Governo colombiano alinha-se com a posição dos EUA.

- **TLC Colômbia-EUA**

A despeito do apoio do Executivo norte-americano, o Governo colombiano vem enfrentando dificuldades para ver aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos o Tratado de Livre Comércio assinado em 2006. A maioria democrata vem defendendo modificações no texto, sobretudo para incluir cláusulas de proteção trabalhista, social e ambiental, visando à manutenção de empregos em certos setores da economia dos EUA que poderiam ser afetados pelo acordo. Nas mais recentes visitas que fez a Washington, o Presidente Uribe procurou, em fins de 2006 e nos primeiros meses de 2007, convencer a bancada democrata a aprovar o TLC e se disse disposto, inclusive, a aceitar modificações no acordo.

O TLC já foi aprovado, na primeira quinzena de junho, pelo Congresso colombiano. Para vencer resistências internas, o Executivo da Colômbia encaminhou ao Legislativo projetos para compensar as prováveis perdas de alguns setores da economia colombiana. Ainda assim, congressistas do Pólo Democrático se retiraram no momento da votação, alegando que o texto examinado não será o mesmo que irá à votação nos EUA, onde deverá sofrer modificações por meio de emendas.

O Governo colombiano vem se empenhando em conseguir que o TLC entre em vigor antes do fim dos benefícios outorgados pela ATPDEA, que concede preferências tarifárias a produtos andinos no mercado norte-americano. A ATPDEA, que já havia sido prorrogada por seis meses no fim do ano passado, foi estendida mais uma vez, até fevereiro de 2008.

RELAÇÕES NO ÂMBITO DA CAN

O anúncio da retirada da Venezuela da Comunidade Andina de Nações (CAN), em 22 abril de 2006, representou um duro golpe nos ideais de integração do bloco. A decisão venezuelana implica um enfraquecimento e esvaziamento do organismo, já que Venezuela e Colômbia constituíam os mais importantes pilares do grupo. Também em termos comerciais, podem ser grandes as perdas, principalmente para a Colômbia.

Por sua vez, as novas condições de acesso a mercado negociadas nos TLCs com os Estados Unidos deverão afetar os benefícios recíprocos dos países-membros da CAN nos mercados do bloco. Essa situação gerará desvio de comércio, no contexto da competição com os produtos norte-americanos, e provavelmente ocasionará novas disputas comerciais em setores que, parcial ou totalmente, perderão mercado para as exportações dos EUA – sobretudo no setor primário.

A Colômbia firmou ainda um TLC com o Chile, em 27 de novembro passado. O acordo deve resultar em novo impulso para o comércio bilateral, que passou de US\$ 430 milhões em 2001 para US\$ 690 em 2005.

RELAÇÕES COM A VENEZUELA

De maneira geral, existe na Colômbia um consenso quanto à importância das relações com a Venezuela. Os laços econômico-comerciais, apesar dos sobressaltos conjunturais, são estreitos e apresentam potencial de crescimento. Não obstante, podem ser grandes as perdas com a saída da Venezuela da CAN, sobretudo para o setor exportador colombiano.

A Venezuela é o segundo parceiro comercial da Colômbia, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2005, o fluxo comercial entre os dois países totalizou cerca de US\$ 3,2 bilhões, com um superávit de US\$ 935 milhões para a Colômbia. Ressalte-se que a Venezuela, ao contrário dos EUA, vem comprando da Colômbia produtos de maior valor agregado, como maquinaria e produtos automotores.

Do ponto de vista jurídico, o desligamento total de um país da CAN levaria cinco anos, período no qual as preferências intra-CAN devem ser mantidas. Desta forma, no curto prazo, as trocas bilaterais não devem ser afetadas de modo significativo. Todavia, a evolução do intercâmbio dependerá da disposição de negociar novo acordo que mantenha, ou se possível melhore, as condições atuais.

Em fevereiro passado, a então Chanceler Maria Consuelo Araújo encontrou-se com o Chanceler venezuelano, Nicolas Maduro. Na ocasião, fixou-se cronograma de trabalho conjunto para os dois países, que inclui um acordo de livre comércio e um acordo para evitar a dupla tributação. Ambos instrumentos permitirão que os fluxos comerciais bilaterais não sejam prejudicados pela saída da Venezuela da CAN. Os entendimentos nesse sentido seguiram adiante no encontro, em junho passado, entre o Chanceler colombiano Fernando Araújo e sua contraparte venezuelana, em Bogotá.

Em fins de novembro de 2005, os Presidentes Uribe e Chávez encontraram-se na cidade de Puntofijo, na Venezuela e deram início a nova etapa no processo de adensamento das relações bilaterais. Durante a reunião, avançou-se nos entendimentos com vistas à construção de dois gasodutos: entre Paraguaná, na Venezuela, e La Guarija, na Colômbia, com 230 km de extensão e ao custo de US\$ 330 milhões; e entre Maracaibo, em território venezuelano, e Ballenas, no lado colombiano, com extensão de 205 km e ao custo aproximado de US\$ 200 milhões.

As obras para a construção do gasoduto Maracaibo-Ballenas, financiadas pela petrolífera venezuelana PDVSA, foram inauguradas no dia 8 de julho de

2006 pelos Presidentes Uribe e Chávez, na cidade de Maracaibo. Espera-se a conclusão do projeto até agosto do ano corrente.

Os projetos energéticos bilaterais também foram tratados na reunião entre os Chanceleres dos dois países, no último dia 06 de junho. Fizeram parte da agenda o problema do contrabando de combustíveis na área de fronteira, o contrato de fornecimento de gás na operação do gasoduto binacional Ballenas-Maracaibo, a cooperação entre ECOPETROL e PDVSA e além da instituição de um grupo de trabalho sobre interconexão elétrica.

RELAÇÕES COM O EQUADOR

As relações com o Equador são caracterizadas pela fricção causada pela ação dos grupos armados ilegais na região limítrofe entre os dois países, considerada a mais permeável das fronteiras colombianas.

Os problemas têm sido agravados pelas divergências dos dois países no que se refere à estratégia de combate às drogas na região de fronteira. Nos últimos meses, a decisão colombiana de retomar as fumigações com glifosato, para combater as plantações de coca naquela área, e a oposição do Equador a essa medida provocaram nova deterioração das relações bilaterais.

Apesar de acordo informal entre os Presidentes Uribe e Rafael Correa, a Colômbia retomou, sem aviso prévio, as aspersões com glifosato na fronteira com o Equador. De todo modo, no dia 9 de fevereiro passado, a Chancelaria colombiana comunicou ao Equador a suspensão das operações e anunciou que a erradicação dos cultivos prosseguiria manualmente.

O Equador alega que o glifosato, empregado nas aspersões, pode representar risco ambiental e de saúde para as populações de ambos os lados da fronteira. Ademais, as fumigações aumentam o fluxo de migrantes colombianos para o território equatoriano.

O tema voltou a fazer parte da pauta de negociações entre os Governos, durante a visita do Chanceler Fernando Araújo a Quito, em maio passado. O Chanceler Araújo informou à Ministra Maria Espinoza que, mesmo o Governo colombiano estando convencido de que as aspersões não prejudicam o Equador, a erradicação do cultivo na área de fronteira entre os dois países voltou a ser realizada manualmente. Acrescentou que, caso seja constatado que as aspersões prejudicaram o país vizinho, o Governo colombiano estaria disposto a pagar as indenizações pertinentes.

COLÔMBIA-ONU

Foi acordada, entre o Presidente Álvaro Uribe e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, no dia 6 de fevereiro passado, a prorrogação do convênio que garante a permanência do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos na Colômbia, chefiado por Juan Pablo Corralozzi.

Foi estendida, também, por mais dois anos, a administração de recursos aportados pela UNESCO à Comissão Nacional de Cooperação com aquele organismo das Nações Unidas. A Comissão é presidida pela Chancelaria e é integrada pelos Ministérios da Cultura, da Educação, de Comunicações, de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial, pela Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional e pelo Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Em junho de 2006, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ressaltou em seu informe que a Colômbia ocupa, juntamente com o Iraque, a posição de recordista em quantidade de deslocados internos, que somariam, conforme estimativa, de 2 milhões a 2,5 milhões de pessoas.

COLÔMBIA-OEA

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, José Miguel Insulza, apresentou, em fevereiro passado, ao Conselho Permanente da OEA, relatório da Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), que, no segundo semestre de 2006, foi estendida por mais três anos. O relatório registrou progresso nas áreas de pós-desmobilização, atendimento às comunidades e acompanhamento da chamada Lei de Justiça e Paz, mas afirma que ainda são necessários reforços nos programas de reinserção dos desmobilizados, para evitar que estes voltem a se armar, como vem ocorrendo em algumas regiões. O documento, contudo, destaca o esforço do Governo para conter tal fenômeno.

Em fins de 2005 o Secretário-Geral da OEA apresentou, em carta dirigida aos integrantes da Organização, sugestões de aportes para fortalecer a MAPP. O Brasil indicou funcionário diplomático para contribuir com a Missão.

Destaca-se, ainda, a participação da OEA nas ações de desminagem, por meio da Missão de Assistência da Organização dos Estados Americanos ao Plano Nacional de Desminagem. A Colômbia é, atualmente, um dos países que mais sofre com os efeitos nocivos decorrentes do uso indiscriminado de minas antipessoais no mundo.

RELAÇÕES COM O BRASIL

No Governo do Presidente Lula, tem-se verificado considerável estreitamento das relações bilaterais com a Colômbia. Vem-se mantendo um importante diálogo, notadamente nas áreas de defesa, comércio e investimentos. Não obstante, o Governo Uribe demonstra reticência diante de temas de importância para o Brasil no plano multilateral. A Colômbia mostra-se refratária, por exemplo, com relação um dos grandes interesses da política externa brasileira: a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Embora reconheça a histórica aspiração do Brasil a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado, o Presidente Álvaro Uribe não expressou, até o momento, apoio formal à aspiração brasileira nem ao projeto de resolução do G-4.

No que se refere ao conflito na Colômbia, o Brasil já ofereceu território neutro para realização de encontro entre as FARC e o Governo colombiano, com os bons ofícios da ONU. A oferta continua válida, mas até o momento não houve resposta positiva das duas partes.

Os Presidentes Lula e Uribe encontraram-se diversas vezes. O mandatário colombiano visitou o Brasil em 7 de março de 2003, ocasião em que o Presidente Lula reiterou a condenação brasileira aos atos terroristas praticados na Colômbia e sublinhou o empenho do Governo brasileiro em dar cumprimento às resoluções emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, as quais contaram com apoio brasileiro. Em junho do mesmo ano, o Presidente Lula participou em Medellín, como convidado especial, da XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino. O convite colombiano constituiu gesto de especial consideração e amizade para com o Brasil, tendo sido essa a primeira vez em que um Chefe de Estado de país não andino tomou parte naquele foro.

Novo encontro bilateral realizou-se em setembro de 2003, em Cartagena. Durante a Cúpula de Monterrey, em janeiro de 2004, os Presidentes do Brasil e da Colômbia também mantiveram breve encontro. Voltaram a se reunir em 21 e 22 de junho, em São Paulo, por ocasião da Macro-Rodada de Negócios bilateral, que contou com expressivo número de empresários dos dois países. Mais uma vez, realizaram encontro bilateral durante a XVIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em 5 de novembro de 2004. Em janeiro de 2005, o Presidente Lula visitou a cidade fronteiriça de Leticia. Em 29 de março, reuniu-se com os presidentes da Venezuela, da Espanha e da Colômbia, em Ciudad Guayana, Venezuela.

Em julho de 2005, o Ministro Celso Amorim esteve em Bogotá, em visita acertada após o adiamento de uma viagem que o Presidente Lula faria ao país. O

encontro entre os dois mandatários previsto para então acabou ocorrendo em 14 de dezembro de 2005, quando o Presidente Lula visitou Bogotá.

Em 25 de abril de 2006, o Presidente Uribe encontrou-se em Brasília com o Presidente Lula, para tratar do TLC Colômbia-EUA e das perspectivas do relacionamento bilateral Colômbia-Venezuela, bem como da disposição do Governo venezuelano de retirar o país da Comunidade Andina. Em setembro do mesmo ano, a então Chanceler colombiana, María Consuelo Araújo, visitou o Brasil e reuniu-se com o Ministro Celso Amorim. Novo encontro entre os dois ocorreu por ocasião da XXXII Cúpula do Mercosul, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de janeiro passado.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA E SEGURANÇA

Desde 2003, intensificaram-se os diálogos de cooperação entre o Brasil e a Colômbia na área de defesa. O Ministro da Defesa encontrou-se oficialmente com seu homólogo colombiano em três oportunidades: em Bogotá, em junho de 2003, ocasião na qual foi firmado o “Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa”; em Leticia, acompanhado do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em fevereiro de 2004, quando os dois se reuniram com seus equivalentes colombianos e peruanos para assinar o “Memorando de Entendimento Tripartite de Combate às Atividades Ilícitas nos Rios de Fronteira Comuns”; e em Tabatinga, em janeiro de 2005, ocasião em que trataram dos reforços dos mecanismos de cooperação entre as Forças Armadas dos dois países.

Além disso, foi constituído por troca de Notas, em 3 de julho de 2003, o Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo, integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça dos dois países e cuja primeira reunião teve lugar em Bogotá, em 24 de julho de 2003, à margem da visita oficial do Chanceler Celso Amorim. Naquela oportunidade, foi firmada Ata de Compromissos que, a partir de então, reforçou as ações conjuntas no combate à criminalidade e ao terrorismo.

Durante visita do Presidente Lula a Bogotá, em dezembro de 2005, o Ministro da Justiça do Brasil e o Ministro da Defesa Nacional da Colômbia assinaram também um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial, com vistas ao combate à criminalidade transnacional e a modalidades delituosas que incluem desde o narcotráfico e a exploração sexual infantil até o crime cibernético.

• Venda de aviões Supertucano

O Ministério da Defesa da Colômbia firmou contrato com a Embraer, no dia 8 de dezembro de 2005, para a compra de 25 aviões Supertucano, ao custo de

US\$ 234 milhões. Até o fim de 2006, foram entregues cinco aeronaves; até o fim de 2007, mais 10; e as outras 10 restantes, em 2008.

O contrato de venda dos aviões inclui uma cláusula “offset”, que prevê investimentos da Embraer no campo aeronáutico colombiano. Em diversas ocasiões, inclusive durante encontros entre o Ministro Celso Amorim e a ex-Chanceler María Consuelo Araújo, e entre o Vice-Ministro Camilo Reyes e o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Governo colombiano insistiu na necessidade de que a Embraer apresente projeto de investimento antes que se completem dois anos da assinatura do contrato.

CASO “MEDINA”

No início de julho de 2006, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) decidiu em favor da concessão de refúgio a Francisco Antonio Cadena Collazos, conhecido como “Cura Camilo”, “Pacho” ou “Oliverio Medina”, detido em agosto do ano passado, em São Paulo, pela Polícia Federal, em virtude de pedido de extradição do Governo colombiano tramitado através da Interpol.

Residindo há cerca de 10 anos no Brasil, casado com uma brasileira, “Olivério Medina” é citado na imprensa da Colômbia como “embaixador das FARC no Brasil”. É acusado de homicídio com fins políticos. O mandado de prisão preventiva foi expedido em 18 de agosto de 2005 pelo Supremo Tribunal Federal, encarregado de analisar o pedido de extradição apresentado pela Colômbia. Entretanto, a decisão do CONARE, em resposta a solicitação apresentada pelo advogado do acusado, impede a extradição.

O Comitê considerou que o pedido de refúgio de “Olivério Medina” reveste-se de características humanitárias, estando, portanto, de acordo com o objetivo da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, voltada essencialmente ao princípio da proteção à vida. Nesse sentido, levou-se em consideração o fato de que o número de refugiados colombianos no Brasil (cerca de 350), alguns dos quais tiveram o benefício outorgado por solicitação do próprio Governo da Colômbia, justifica a decisão do CONARE.

Cabe destacar que a concessão de refúgio não representa ato inamistoso em relação ao país de origem do refugiado. Ademais, “Olivério Medina” assumiu, formalmente, compromisso de não exercer, em território brasileiro, atividades que criem dificuldades, seja para o Brasil, seja para o Governo da Colômbia.

Segundo a lei, a perda da condição de refugiado só poderia ocorrer: a) se o asilado renunciar ao refúgio; b) caso se prove a falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado ou a existência de fatos que, se

fossem sabidos quando do reconhecimento, teriam ensejado decisão negativa; c) por exercício de atividade contrária à segurança nacional ou à ordem pública; d) devido à saída do território nacional sem prévia autorização do Governo brasileiro.

TEMAS MULTILATERAIS

• Conselho de Segurança das Nações Unidas

No contexto bilateral, a aspiração do Brasil a assento como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU foi tratada no comunicado conjunto emitido por ocasião de encontro entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente Uribe, em 18 de setembro de 2003. No comunicado, “os Presidentes expressaram a necessidade de fortalecer o multilateralismo e reformar as Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais representativo e democrático, com países em desenvolvimento, inclusive da América do Sul. Nesse sentido, os dois Presidentes reconheceram a histórica aspiração do Brasil, ao mesmo tempo em que indicaram a importância de que a Colômbia tenha voz presente no Conselho”. O assunto foi tratado novamente, nos mesmos termos, no comunicado conjunto divulgado por ocasião da visita do Presidente colombiano a São Paulo, em 21 e 22 de junho de 2004.

Por ocasião da visita do Presidente Lula à cidade de Leticia, no dia 19 de janeiro de 2005, os dois mandatários “convieram na importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade urgente de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, com o objetivo precípuo de dotá-lo de maior representatividade, legitimidade e eficácia”. Com relação ao Conselho de Segurança, também “sublinharam ser necessária reforma ampla”. Ademais, “reiteraram o reconhecimento da histórica aspiração do Brasil em ocupar assento permanente num Conselho de Segurança reformado, ao mesmo tempo que indicaram a importância de a Colômbia ter voz presente no Conselho, questões que devem ser consideradas de maneira construtiva”.

Associada aos países do grupo “Uniting for Consensus”, a Colômbia copatrocinou projeto de resolução para reforma do Conselho de Segurança que favorece somente a ampliação de assentos não permanentes. Apenas se o projeto do G-4 fosse aprovado, a Colômbia apoiaria o pleito do Brasil.

• União de Nações Sul-americanas

A Colômbia tem demonstrado interesse crescente em envolver-se no processo de integração sul-americano e sediará a Cúpula Sul-americana, que será realizada em Cartagena, em janeiro de 2008. Na ocasião, deverá ser assinado o Acordo Constitutivo da União Sul-americana de Nações (UNASUL).

A Colômbia também foi sede, em 2006, da Reunião de Ministros da Defesa da então Comunidade Sul-americana (CASA), antecessora da UNASUL. Na ocasião, intercambiaram-se experiências na área de defesa, com o objetivo de identificar áreas de cooperação e a possibilidade de se iniciar o desenho de uma identidade em matéria de defesa para a Comunidade, respeitando-se as particularidades de cada país da região.

• OTCA

Na VIII Reunião de Chanceleres dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Manaus, em setembro de 2004, os Ministros das Relações Exteriores decidiram convocar cinco reuniões ministeriais setoriais sobre os seguintes temas: Defesa e Segurança Integral da Amazônia; Desenvolvimento Social, Infra-estrutura e Integração Física; Comércio e Integração; Ciência e Tecnologia; e Biodiversidade e Propriedade Intelectual.

Em 2005, dois dos cinco encontros foram realizados: a Reunião de Altas Autoridades de Propriedade Industrial e Intelectual, em 30 de junho e 1º de julho, no Rio de Janeiro, e a Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia, em 26 de agosto, em Lima. Ao fim da IX Reunião de Chanceleres, em Iquitos, no dia 25 de novembro, os Ministros renovaram o mandato da Secretaria Permanente da OTCA para promover os encontros setoriais ainda pendentes.

A reunião sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia, à qual compareceu o Ministro da Defesa, Waldir Pires, foi realizada na Colômbia em julho de 2006 e tratou, entre outros pontos, do tráfico de drogas, armas, munições, explosivos, do controle do espaço aéreo e fluvial amazônico; dos sistemas de vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM); e do tráfico de espécies animais e vegetais.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica concedida pelo Brasil à Colômbia é fundamental para o estreitamento dos laços bilaterais, à semelhança do que ocorre com outros países de níveis similares de desenvolvimento econômico. Ressaltam-se, sobretudo, os programas agrícolas de fixação do homem no campo em atividades da economia lícita.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, assinado em Bogotá, em 13 de dezembro de 1972. No âmbito desse Acordo, foi realizada, também em Bogotá, a V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e Científica, nos dias 3 a 5 de Outubro de 2006. Na ocasião da Reunião do Grupo de Trabalho, foram apresentados e avaliados projetos em cinco setores:

agropecuário, minas e energia, ciência e tecnologia (propriedade intelectual), meio ambiente e saúde. Foram assinados os seguintes projetos:

- “Capacitação Integral de Técnicos Colombianos no Cultivo da Seringueira”, cuja primeira parte já foi executada em novembro de 2006 (a segunda parte do projeto esta sendo negociada).
- “Planos de Energização Rural Vinculados ao Desenvolvimento Local”, cuja primeira fase foi executada em março de 2007 (a segunda parte está prevista para meados do mesmo ano).
- “Cooperação Técnica para a formulação do Programa Distrital de Reciclagem” (como parte do qual uma primeira missão de técnicos colombianos já visitou o Brasil; a continuidade do programa se dará no mês de outubro de 2007).

Em maio passado, foi realizada, também em Bogotá, reunião de avaliação e seguimento ao Programa de Cooperação. O encontro teve por objetivo o monitoramento dos projetos de cooperação técnica em execução e o detalhamento de novas demandas no âmbito do programa bilateral de cooperação. Foram assinados, na ocasião, dois outros projetos:

- “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e da Colômbia”.
- “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos sobre Gestão dos Incêndios Florestais”.

Outros projetos apresentados na V Reunião sobre Cooperação Técnica e Científica foram discutidos e avaliados na reunião de maio de 2007, e se encontram em negociação.

O Brasil expressou sua intenção de dar continuidade ao projeto de “Cooperação Técnica em HIV/AIDS”, já executado. Nesse sentido, foi enviada uma remessa de anti-retrovirais à cidade de Cali. O projeto de “Cooperação Técnica no tema de enfermidades transmitidas por vetores, especialmente a leishmaniose”, apresentado na V Reunião, encontra-se em fase de elaboração.

Cabe ressaltar que os custos da implementação dos novos projetos já minutados pela ABC serão compartilhados pelos dois países, procedimento inédito na cooperação sul-sul até agora prestada pelo Brasil.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL

O Governo brasileiro oferece anualmente a estudantes colombianos, no marco do Acordo de Intercâmbio Cultural, bolsas de graduação e pós-graduação nas universidades conveniadas aos Programas PEC G e PEC PG. Paralelamente,

os estudantes têm conseguido vagas, com ou sem bolsas, em cursos de graduação e pós-graduação, por meio de contatos diretos com universidades no Brasil. Como resultado, anualmente, mais de 200 estudantes universitários partem para o Brasil para realizar seus estudos.

Em março de 2004 foi realizada em Bogotá a III Comissão Mista Educativo-Cultural, que delineou diversos projetos e iniciativas nesses campos, para implementação ao longo de 2004 e 2005.

Uma dessas iniciativas é a promoção do ensino de português e espanhol na região fronteiriça (Letícia e Tabatinga). Graças à ação simultânea do Instituto de Cultura Brasil-Colômbia, ligado à Embaixada do Brasil em Bogotá, e do Ministério da Educação da Colômbia, firmou-se, durante a visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Bogotá, em 2005, Memorando de Entendimento sobre o assunto. Nos dias 10 e 11 de março passado, ocorreu a III Reunião do Grupo de Trabalho Binacional Colômbia-Brasil previsto no Memorando.

Uma nova frente começou a ser explorada no início de julho, quando a Ministra da Cultura da Colômbia visitou o Brasil e se encontrou com o Vice-Presidente José Alencar e com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e demonstrou interesse na realização de um intercâmbio cultural entre os dois países e em projetos socio-culturais brasileiros realizados nas favelas. Os representantes brasileiros manifestaram interesse nos Programas de Bibliotecas, na Lei de Cinema e no Sistema de Informação Cultural colombianos.

COMISSÃO DE VIZINHANÇA

A IX Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia ocorreu em Bogotá, em outubro de 2006. Na ocasião, discutiram-se assuntos fronteiriços, econômicos e comerciais, e de meio ambiente. Estabeleceram-se compromissos como a realização de reuniões técnicas e medidas para levar adiante a integração comercial das cidades de Tabatinga e Letícia.

A próxima Reunião da Comissão de Vizinhança deverá realizar-se no Rio de Janeiro, em outubro de 2007.

TV DIGITAL

A Embaixada do Brasil em Bogotá está em contato com a Embaixada do Japão, para tratar de uma possível estratégia conjunta de divulgação do sistema nipo-brasileiro de TV digital na Colômbia. No encontro foi mencionada a necessidade de coordenar o apoio da Universidade Mackenzie e das Empresas NEC e Toshiba a fim de levar à Colômbia os equipamentos técnicos apropriados

a demonstrações adequadas. Espera-se, que com a chegada do novo Embaixador japonês na Colômbia, a publicidade do ISDB-T ganhe novo impulso.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

A assinatura, em dezembro de 2003, do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica No. 59 (conhecido como CAN-Mercosul), vem proporcionando aumentos consideráveis no volume do comércio bilateral. Entretanto, as oportunidades criadas foram pouco exploradas até o momento, sobretudo por parte da Colômbia.

A corrente de comércio com o Brasil em 2004 foi 39,4% maior que a de 2003, acima dos 24,2% verificados globalmente mas aquém dos 40,7% observados na região. Em consequência disso, o peso do Brasil como mercado das exportações colombianas passou de 0,7% para 0,8%; como mercado das importações, passou de 5,5% para 5,8%. O peso na corrente de comércio total passou de 3,2% para 3,3%. O déficit comercial com o Brasil foi 22,2% superior ao de 2003. Por sua vez, as exportações brasileiras para a Colômbia alcançaram a marca de US\$ 1,405 bilhão em 2005, com crescimento de 35,4%, enquanto as exportações colombianas para o Brasil ficaram em US\$ 137,7 milhões, o que representa uma queda de 3,8% em relação a 2004.

Em 2006, o intercâmbio comercial total entre Brasil e Colômbia alcançou o equivalente a US\$ 2,3 bilhões, contra US\$ 1,5 bilhão em 2005. As exportações brasileiras corresponderam a US\$ 2,1 bilhões (crescimento de 51,5%, com relação ao ano anterior); e as exportações colombianas, a US\$ 247,9 milhões (crescimento de 80 %). De janeiro a junho de 2007, o intercâmbio total já somou US\$ 1,28 bilhão. As exportações brasileiras corresponderam a US\$ 1,117 bilhão, e as exportações colombianas, a US\$ 164 milhões.

Tendo em vista o grande desequilíbrio comercial, foi bem recebida a iniciativa de, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), realizar, ao longo de 2006, missões de importadores e investidores potenciais brasileiros à Colômbia. O cruzamento da oferta exportadora colombiana e a pauta importadora indica que o setor com maior potencial para aumento das exportações colombianas é o petroquímico. Realizou-se também, em outubro do ano passado, em Bogotá, o Seminário "Como Exportar para o Brasil".

Os principais produtos exportados pela Colômbia para o Brasil são: combustíveis, óleos e ceras minerais, plásticos e suas obras, e alumínio e suas obras. Do lado brasileiro, os principais produtos exportados são: máquinas, aparelhos e materiais elétricos, ferro fundido, ferro e aço, caldeira, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

INVESTIMENTOS

No campo dos investimentos, destaca-se a presença da Petrobrás na Colômbia desde 1986. A partir de 1998, com a aquisição de uma empresa inglesa de porte médio, seus ativos foram aumentados em razão da boa produção em campos petrolíferos no vale central do Departamento de Tolima, no centro do país. A empresa atualmente extrai 45.000 barris/dia de seus campos e seus investimentos na Colômbia são de US\$ 400 milhões. Em 2005 foi assinado entendimento entre a Petrobrás, a multinacional EXXON e a estatal colombiana Ecopetrol, para a exploração de petróleo e gás em plataformas “offshore” no Caribe colombiano. Trata-se do maior contrato de exploração da história do país.

Desde 2004, a Petrobrás está investindo também no mercado de vendas “downstream”, uma vez que fatores como a redução de impostos, maior estabilidade das regras jurídicas e melhora na situação de segurança interna favorecem a venda de produtos de maior valor agregado no mercado colombiano. Em agosto de 2005, a empresa iniciou campanha publicitária que marcou sua entrada no segmento de distribuição.

Em outubro de 2006, a Petrobras inaugurou suas primeiras estações de serviço na Colômbia. Na ocasião, os Presidentes da Petrobrás e da Ecopetrol assinaram dois memorandos de entendimento, relativos ao desenvolvimento conjunto de negócios nas áreas de biocombustíveis e à distribuição de produtos derivados do petróleo. A empresa brasileira informou que a deverá investir cerca de US\$ 200 milhões na Colômbia ao longo deste ano. No momento a Petrobrás está desenvolvendo estudos para decidir a localização estratégica de sua planta para produção de biodiesel no país.

Também em 2006, o Consórcio Tibú, formado pela Petrobras Colômbia e pela Petrobras Energia Internacional, assinou convênio com a Ecopetrol, para projeto de desenvolvimento adicional do Campo Tibú, localizado no departamento colombiano de Norte Santander. A expectativa é de que a produção possa ser elevada a cerca de 15.000 barris diários. O projeto contempla uma fase inicial de dois anos, nos quais cada parte investirá cerca de 40 milhões de dólares em atividades destinadas a avaliar o real potencial do campo.

Outro investimento brasileiro no setor de petróleo colombiano foi realizado pela “Meta Petroleum”, de propriedade do empresário brasileiro Germán Efromovich (Grupo Sinergy/Marítima Engenharia) em sociedade com o grupo americano “Elliot”. O campo explorado pela empresa, localizado no Departamento de Meta, produz 5.000 barris/dia. Os investimentos, até o momento, foram estimados em US\$ 60 milhões. Há projeto de expansão da produção.

Em outra operação de grande visibilidade, o Grupo Synergy concluiu as negociações, em dezembro de 2004, para a aquisição da empresa colombiana de aviação AVIANCA, uma das mais tradicionais do continente e para a qual tem projeto de aumento da frota.

A compra de 60% da siderúrgica colombiana Diaco pela empresa Gerdau significou um dos maiores investimentos brasileiros na Colômbia, inaugurando a participação num setor de potencial considerável. A transação é estimada em US\$ 220 milhões. Recentemente, a Gerdau comprou também os ativos da Companhia Siderúrgica de La Sabana (CONSISA), em um investimento de cerca de US\$ 55 milhões.

Também na área de siderurgia, destaca-se ainda a aquisição, nos primeiros meses de 2007, da siderúrgica Acerías Paz del Río pelo Grupo Votorantim.

Na área de infra-estrutura, foi realizado, no dia 15 de fevereiro passado, o desvio das águas do Rio Porce para a construção da Hidrelétrica Porce III. O consórcio responsável pelas obras é liderado pela empresa brasileira Camargo Correa. O custo do projeto, que deve ser concluído em 2010, é de US\$ 900 milhões. A nova hidrelétrica será a quarta maior do país em produção de energia.

As demais empresas brasileiras presentes na Colômbia são: Varig; Construtora Norberto Odebrecht; as empresas de carrocerias para ônibus articulado “Marcopolo” e “Busscar”; e os escritórios de importação da Azaléia Calçados, Tramontina Produtos Metalúrgicos e WEG Motores Elétricos.

No que se refere a investimentos colombianos no Brasil, o exemplo mais significativo é o do grupo Carvajal, empresa sediada em Cali, que possui investimentos da ordem de US\$ 300 milhões na sua filial em Curitiba. A empresa pretende realizar novos investimentos no Brasil.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
COLÔMBIA**

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República da Colômbia
Superfície	1.038.700 Km ²
Localização	América do Sul
Capital	Bogotá
Principais cidades	Bogotá, Cali, Medellín, Barranquilla
Idioma oficial	Espanhol
PIB (2006: Estimativa EIU)	US\$ 136 bilhões
PIB "per capita" (2006)	US\$ 2.937
Moeda	Peso Colombiano

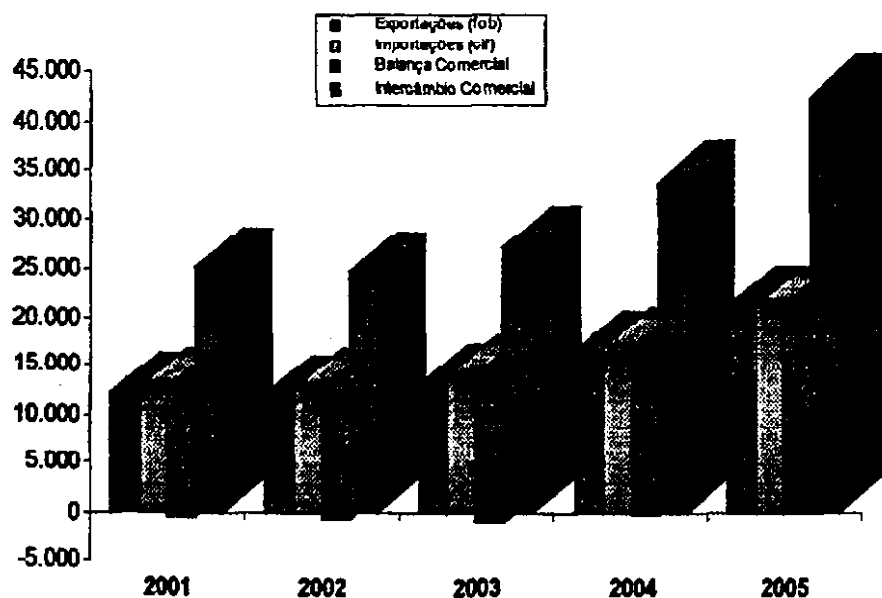
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2002	2003	2004	2005	2006⁽¹⁾
------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---------------------------

População (em milhões de habitantes)	43,5	44,2	44,9	45,6	46,3
Densidade demográfica (hab/Km²)	41,9	42,6	43,2	43,9	44,6
PIB Nominal (US\$ bilhões)	81,2	79,4	97,5	122,6	136,0
Crescimento real do PIB (%)	1,9	3,9	4,9	5,2	6,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	6,3	7,1	5,9	5,0	4,3
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ bilhões)	10,7	10,8	13,4	14,8	15,3
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	33,2	37,0	37,7	34,8	38,5
Câmbio (Ps / US\$)	2.504,7	2.877,5	2.628,4	2.321,1	2.358,6

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)			
	2004	2005	2006
A. Balança comercial (líquido - fob)	1.346	1.595	322
Exportações	17.224	21.729	25.181
Importações	15.878	20.134	24.859
B. Serviços (líquido)	-1.679	-2.101	-2.109
Receita	2.255	2.666	3.373
Despesa	3.934	4.767	5.482
C. Renda (líquido)	-4.332	-5.561	-5.858
Receita	671	1.076	1.522
Despesa	5.003	6.637	7.380
D. Transferências unilaterais (líquido)	3.726	4.089	4.736
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-939	-1.978	-2.909
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	3.168	3.382	2.686
Investimentos diretos (líquido)	2.975	5.755	5.197
Portfolio (líquido)	-429	-1.640	-2.430
Outros	622	-733	-80
H. Erros e Omissões	240	321	254
I. Saldo (E+F+G+H)	2.469	1.725	31

COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾ (US\$ milhões)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (fob)	12.307	12.099	13.129	16.788	21.190	24.562
Importações (cif)	12.820	12.695	14.155	17.033	21.202	25.713
Balança Comercial	-513	-596	-1.027	-244	-12	-1.151
Intercâmbio Comercial	25.127	24.794	27.284	33.821	42.393	50.275

COMÉRCIO EXTERIOR DA COLÔMBIA **2001-2005**



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
		no total		no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	6.143	46,8%	7.056	42,0%	8.852	41,8%	8.933	36,4%
Venezuela	696	5,3%	1.627	9,7%	2.098	9,9%	2.589	10,5%
Equador	780	5,9%	1.015	6,0%	1.324	6,3%	1.554	6,3%
Peru	396	3,0%	548	3,3%	710	3,4%	833	3,4%
México	360	2,7%	526	3,1%	611	2,9%	717	2,9%
Países baixos	302	2,3%	386	2,3%	440	2,1%	690	2,8%
República Dominicana	343	2,6%	437	2,6%	583	2,8%	684	2,8%
Espanha	197	1,5%	214	1,3%	349	1,6%	614	2,5%
Itália	287	2,2%	364	2,2%	439	2,1%	561	2,3%
Bélgica	228	1,7%	290	1,7%	368	1,7%	545	2,2%
Canadá	177	1,3%	156	0,9%	298	1,4%	535	2,2%
Reino Unido	185	1,4%	275	1,6%	320	1,5%	514	2,1%
Israel			104	0,6%	198	0,9%	430	1,8%
Alemanha	265	2,0%	265	1,6%	339	1,6%	428	1,7%
Chile	189	1,4%	255	1,5%	296	1,4%	331	1,3%
<i>Brasil</i>	93	0,7%	141	0,8%	141	0,7%	166	0,7%
SUBTOTAL	10.842	82,6%	13.820	82,3%	17.498	82,6%	9.954	81,9%
DEMAIS PAÍSES	2.287	17,4%	2.969	17,7%	3.692	17,4%	1.978	18,1%
TOTAL GERAL	13.129	100,0%	16.788	100,0%	21.190	100,0%	11.932	100,0%
						%		

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
		no total		no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	4.261	30,1%	5.113	30,0%	6.033	28,5%	7.379	28,3%
México	748	5,3%	1.044	6,1%	1.757	8,3%	2.061	8,0%
China	686	4,8%	1.055	6,2%	1.617	7,6%	1.646	6,4%
Brasil	768	5,4%	973	5,7%	1.383	6,5%	1.623	6,3%
Venezuela	728	5,1%	1.082	6,4%	1.219	5,7%	1.533	6,0%
Japão	645	4,6%	649	3,8%	705	3,3%	1.080	4,2%
Alemanha	624	4,4%	677	4,0%	774	3,6%	1.002	3,9%
República da Coréia	337	2,4%	452	2,7%	594	2,8%	697	2,7%
Equador	410	2,9%	412	2,4%	529	2,5%	621	2,4%
Chile	300	2,1%	359	2,1%	377	1,8%	541	2,1%
França	395	2,8%	306	1,8%	386	1,8%	501	1,9%
Argentina	257	1,8%	322	1,9%	412	1,9%	483	1,9%
Canadá	357	2,5%	386	2,3%	389	1,8%	477	2,0%
Espanha			259	1,5%	0	0,0%	439	1,7%
Itália	293	2,1%	321	1,9%	332	1,6%	196	1,7%
Peru	193	1,4%	261	1,5%	350	1,7%	411	1,6%
Países Baixos			127	0,7%	168	0,8%	362	1,4%
Índia	113	0,8%	180	1,1%	248	1,2%	137	1,1%
Reino Unido			199	1,2%	190	0,9%	271	1,1%
Bolívia	198	1,4%	170	1,0%	192	0,9%	225	0,9%
SUBTOTAL	11.883	84,0%	14.345	84,2%	18.120	85,5%	22.074	85,8%
DEMAIS PAÍSES	2.272	16,0%	2.688	15,8%	3.082	14,5%	3.640	14,2%
TOTAL GERAL	14.155	100,0%	17.033	100,0%	21.202	100%	25.713	100,0%

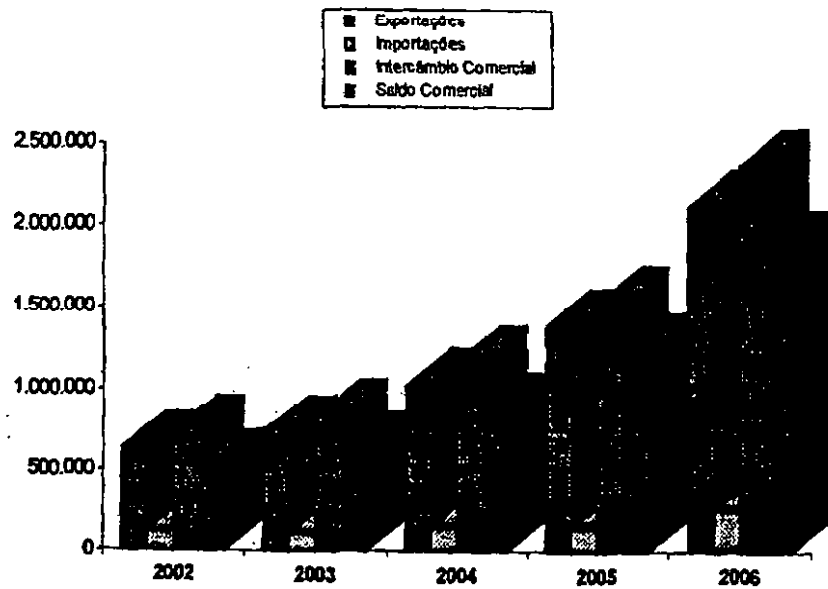
. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2 0 0 5⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	8.316	39,2%
Café, chá, mate e especiarias	1.498	7,1%
Plantas vivas e produtos de floricultura	910	4,3%
Plásticos e suas obras	904	4,3%
Ferro fundido, ferro e aço	888	4,2%
Pérolas, pedras preciosas e moedas	750	3,5%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	675	3,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	572	2,7%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	545	2,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	456	2,2%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	361	1,7%
Vestuário e seus acessórios, de malha	325	1,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	288	1,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	277	1,3%
Produtos farmacêuticos	260	1,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	254	1,2%
Preparações alimentícias diversas	235	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	222	1,0%
Animais vivos	182	0,9%
Subtotal	17.917	84,6%
Demais Produtos	3.273	15,4%
Total Geral	21.190	100,0%

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2 0 0 5⁽¹⁾	Part % no total
IMPORTAÇÕES (cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.917	13,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.827	13,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.972	9,3%
Produtos químicos orgânicos	1.521	7,2%
Plásticos e suas obras	957	4,5%
Ferro fundido, ferro e aço	933	4,4%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos espaciais	709	3,3%
Cereais	626	3,0%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	572	2,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	551	2,6%
Produtos farmacêuticos	546	2,6%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	442	2,1%
Borracha e suas obras	434	2,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	407	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	355	1,7%
Adubos ou fertilizantes	350	1,7%
Algodão	276	1,3%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	237	1,1%
Produtos químicos inorgânicos	222	1,0%
Alumínio e suas obras	217	1,0%
Óleos essenciais e resinóides	210	1,0%
Subtotal	17.281	81,5%
Demais Produtos	3.923	18,5%
Total Geral	21.204	100,0%

. INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA⁽¹⁾ (US\$ mil)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	636.617	748.728	1.038.007	1.405.625	2.139.883
Varição em relação ao ano anterior	5,0%	17,6%	38,6%	35,4%	51,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	8,5%	7,4%	6,6%	6,6%	8,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,1%	1,0%	1,1%	1,2%	1,6%
Importações	108.346	98.518	143.260	137.748	247.903
Varição em relação ao ano anterior	-42,6%	-9,1%	45,4%	-3,8%	80,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	1,4%	1,3%	1,5%	1,3%	1,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
Intercâmbio Comercial	744.963	847.246	1.181.267	1.543.373	2.387.786
Varição em relação ao ano anterior	-6,3%	13,7%	39,4%	30,7%	54,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	4,9%	4,8%	4,7%	4,8%	5,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	1,0%
Saldo Comercial	528.271	650.210	894.747	1.267.877	1.891.980

. INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA⁽¹⁾ (US\$ mil)	2006 (jan-jun)	2007 (jan-jun)
Exportações	907.842	1.117.549
Varição em relação ao ano anterior	34,4%	23,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	7,7%	7,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,5%	1,5%
Importações	103.341	164.184
Varição em relação ao ano anterior	44,3%	58,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	1,6%	2,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,3%
Intercâmbio Comercial	1.011.183	1.281.733
Varição em relação ao ano anterior	35,4%	26,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	5,5%	5,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,0%	1,0%
Saldo Comercial	804.501	953.365

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-COLÔMBIA 2002 - 2006



COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
--	------	---------------	------	---------------	------	---------------

EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos e principais produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	44.631	4,3%	217.156	15,4%	361.006	16,9%
Terminais portáteis de telefonia celular	10.778	1,0%	165.997	11,8%	267.698	12,5%
Transformador de dielétrico líquido, (>10000kVA)	221	0,0%	348	0,0%	19.586	0,9%
Fios de cobre p/bobinar, isolados p/uso eletr.	1.436	0,1%	2.130	0,2%	4.807	0,2%
Ferro fundido, ferro e aço	134.356	12,9%	202.712	14,4%	343.278	16,0%
Outros laminados, a quente, l>=6cm e<3mm	49.578	4,8%	74.504	5,3%	69.092	3,2%
Laminados de ferro/aço, a quente, l>=60cm	5.802	0,6%	11.299	0,8%	49.417	2,3%
Laminados de outras ligas de aços, quente	17.036	1,6%	26.324	1,9%	34.608	1,6%
Prod. semimanuf., n/ligados, carbono>=0,25%	35	0,0%	12.922	0,9%	29.469	1,4%
Outs.laminados, l>=6cm, a quente	652	0,1%	6.681	0,5%	21.264	1,0%
Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	135.557	13,0%	204.442	14,5%	249.517	11,7%
Outros motores de explosão, p/ veículos	11.988	1,1%	19.356	1,4%	29.630	1,4%
automóveis, sup. a cilindrada 1000cm3						
Motocompressor hermético	12.106	1,2%	17.891	1,3%	24.181	1,1%
Unidades de processamento digital para	9.210	0,9%	17.992	1,3%	13.482	0,6%
microprocessadores						
Máquinas e aparelhos p/fabr.de papel ou cartão	1.620	0,2%	5.912	0,4%	9.391	0,4%
Outs.escavadoras com capacidade carga >=19m3	0	0,0%	10.724	0,8%	8.850	0,4%
Outros niveladores	3.330	0,3%	4.486	0,3%	6.547	0,3%
Veículos, automóveis, tratores, ciclos	183.382	17,6%	195.240	13,8%	218.389	10,2%
Chassis c/ motor p/ veículos p/ pessoas >=10	36.145	3,5%	40.469	2,9%	57.890	2,7%
Automóveis c/motor explosão, 1500cm3	23.474	2,2%	18.217	1,3%	31.697	1,5%
Automóveis c/motor explosão, 1000cm3	28.080	2,7%	37.880	2,7%	21.327	1,0%
Outras partes e acessórios p/ tratores e automóveis	14.190	1,4%	18.007	1,3%	19.519	0,9%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos espaciais	18.041	1,7%	18.088	1,3%	96.910	4,5%
Alumínio e suas obras	22.344	2,1%	24.224	1,7%	80.680	3,8%
Borracha e suas obras	45.673	4,4%	54.447	3,9%	70.076	3,3%
Plásticos e suas obras	23.801	2,3%	36.726	2,6%	69.117	3,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	4.712	0,5%	9.991	0,7%	47.079	2,2%
Produtos farmacêuticos	29.991	2,9%	37.587	2,7%	46.349	2,2%
Preparações alimentícias diversas	38.022	3,6%	39.696	2,8%	45.920	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	19.744	1,9%	34.289	2,4%	43.588	2,0%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	26.986	2,6%	32.462	2,3%	43.352	2,0%
Produtos químicos orgânicos	19.850	1,9%	22.437	1,6%	38.194	1,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	31.734	3,0%	4.080	0,3%	32.118	1,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	22.459	2,2%	19.503	1,4%	27.069	1,3%
Vidro e suas obras	13.375	1,3%	21.875	1,5%	25.769	1,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	14.305	1,4%	19.334	1,4%	20.305	0,9%
Filamentos sintéticos ou artificiais	19.033	1,8%	23.577	1,7%	19.443	0,9%
Algodão	29.908	2,9%	15.960	1,1%	18.579	0,9%
Subtotal	877.904	84,1%	1.233.826	87,4%	1.896.738	88,6%
Demais Produtos	165.631	15,9%	178.368	12,6%	243.145	11,4%
TOTAL GERAL	1.043.535	100,0%	1.412.194	100,0%	2.139.883	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
---	-------------	-----------------------	-------------	-----------------------	-------------	-----------------------

IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	45.943	32,1%	32.655	23,7%	79.539	32,1%
Querosenes de aviação	0	0,0%	0	0,0%	34.582	13,9%
Coques de hulha, de linhita ou de turfa	12.061	8,4%	5.085	3,7%	17.976	7,3%
Hulha betuminosa, não aglomerada	5.338	3,7%	8.380	6,1%	11.672	4,7%
Outras hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	9.104	6,4%	19.155	13,9%	9.994	4,0%
Óleos brutos de petróleo	19.439	13,6%	0	0,0%	5.243	2,1%
Misturas betuminosas à base de asfalto, de betumes, etc.	1	0,0%	35	0,0%	38	0,0%
Breu obtido de alcatrões minerais	0	0,0%	0	0,0%	35	0,0%
Plásticos e suas obras	33.597	23,5%	32.677	23,7%	37.803	15,2%
Copolímeros de propileno, em formas primárias	12.558	8,8%	18.051	13,1%	19.920	8,0%
Polipropileno sem carga, em forma primária	1.587	1,1%	2.627	1,9%	6.073	2,4%
Policloreto de vinila	4.886	3,4%	4.739	3,4%	4.720	1,9%
Alumínio e suas obras	454	0,3%	5.524	4,0%	21.256	8,6%
Desperdícios e resíduos, de alumínio	358	0,2%	5.500	4,0%	19.441	7,8%
Borracha e suas obras	9.954	6,9%	12.819	9,3%	18.656	7,5%
Pneus novos para automóveis de passageiros	5.222	3,6%	7.057	5,1%	12.241	4,9%
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	4.212	2,9%	5.393	3,9%	6.048	2,4%
Produtos químicos orgânicos	8.432	5,9%	11.693	8,5%	14.667	5,9%
6-Hexanolactama (epsilon-caprolactama)	5.881	4,1%	7.608	5,5%	12.282	5,0%
Produtos químicos inorgânicos	8.134	5,7%	8.702	6,3%	13.170	5,3%
Outros negros de carbono	7.757	5,4%	8.330	6,0%	12.286	5,0%
Pastas, ("ouates"), feltros e falsos tecidos	1.042	0,7%	1.812	1,3%	11.758	4,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	2.914	2,0%	3.066	2,2%	6.429	2,6%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	2.434	1,7%	3.720	2,7%	5.621	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	418	0,3%	280	0,2%	4.785	1,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	2.956	2,1%	1.993	1,4%	4.081	1,6%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	4.502	3,1%	206	0,1%	3.726	1,5%
Subtotal	120.780	84,3%	115.147	83,6%	221.491	89,3%
Demais Produtos	22.490	15,7%	22.601	16,4%	26.412	10,7%
TOTAL GERAL	143.270	100,0%	137.748	100,0%	247.903	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

Aviso nº 767 - C. Civil.

Em 3 de agosto de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado ~~Chefe~~ da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 11/08/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS:15527/2007)